

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE LETRAS

BÁRBARA MARIA SOARES MARIANTE

HÁ QUANTO TEMPO O PORTUGUÊS É BRASILEIRO: uma reanálise de trabalhos
passados sobre a evolução do *ter* e *haver* existencial no contexto do PB

RIO DE JANEIRO

2023

Bárbara Maria Soares Mariante

HÁ QUANTO TEMPO O PORTUGUÊS É BRASILEIRO: uma reanálise de trabalhos
passados sobre a evolução do *ter* e *haver* existencial no contexto do PB

Monografia submetida à Faculdade de
Letras da Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciada em
Letras: Português - Inglês.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliana Esposito Marins

Rio de Janeiro

2023

Bárbara Maria Soares Mariante

HÁ QUANTO TEMPO O PORTUGUÊS É BRASILEIRO: uma reanálise de trabalhos
passados sobre a evolução do *ter* e *haver* existencial no contexto do PB

Monografia submetida à Faculdade de
Letras da Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciada em
Letras: Português - Inglês

Aprovada em:

Professora Doutora Juliana Esposito Marins na instituição de ensino
UFRJ - Orientadora

Professora Doutora Manuella Carnaval na instituição de ensino UFRJ -
Leitora Crítica

RESUMO

Este trabalho surgiu a partir de inquietações e ponderações acerca do funcionamento do Português Brasileiro (PB) em relação ao Português Europeu (PE), no que se refere às diferenças estruturais que afastam as duas variedades do português. Com base na leitura e análise da tese de Doutorado da Professora Doutora Juliana Esposito Marins, percebeu-se uma problemática metodológica em relação às análises dos dados. O texto em questão analisou peças teatrais de PB e PE para estudar substituição de *haver* por *ter* em contextos existenciais, a partir da segunda metade do século XIX. O trabalho de Marins (2013) não considerou (i) o passado de cada dramaturgo estudado; (ii) questões de alfabetização brasileira; (iii) a influência da literatura lusitana em solo nacional e (iv) a formação da norma-padrão no PB (Faraco, 2008). A partir da análise e relação dos fatos históricos abordados, pretendemos neste trabalho demonstrar de que forma os dados de peças teatrais brasileiras não indicam de fato uma mudança entre o PB e o PE a partir da metade do século XX, e sim que indicam uma gramática portuguesa ocorrendo em solo nacional através das peças de dramaturgos brasileiros até a metade de dito século.

Palavras-chave: sentenças existenciais; *ter* e *haver*; alfabetização; norma padrão.

ABSTRACT

This work arose from concerns and considerations about the functioning of Brazilian Portuguese (BP) in relation to European Portuguese (EP), with regard to the structural differences that separate the two varieties of Portuguese. Based on the reading and analysis of Professor Juliana Esposito Marins' PhD thesis, a methodological problem was noticed in relation to data analysis. The text in question analyzed theatrical plays from PB and EP to study the substitution of *haver* for *ter* in existential contexts, from the second half of the 19th century onwards. Marins' (2013) work did not consider (i) the past of each playwright studied; (ii) Brazilian literacy issues; (iii) the influence of Portuguese literature on national land and (iv) the formation of the standard norm in BP (Faraco, 2008). Based on the analysis and relation of the historical facts covered, we intend in this work to demonstrate how data from Brazilian theatrical plays do not in fact indicate a change between BP and EP from the middle of the 20th century, but rather indicate a grammar Portuguese culture occurring on national land through the plays of Brazilian playwrights until the middle of that century.

Keywords: existential sentences; *ter* and *haver*, literacy; standard form.

Dedico este trabalho aos meus pais.
Meus melhores amigos, companheiros,
confidentes, incentivadores e
conselheiros. Mil vidas não seriam
suficientes para todo o tempo que
gostaria de ter com vocês. Tudo que faço
e que fiz é pelos dois.

Com amor, Bárbara

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, que possibilitaram a minha formação não só acadêmica, mas também humana. Eu sou o que sou porque me inspirei em vocês. Obrigada por cada segundo de companhia, apoio, amor e amizade. Que sigamos juntos nessas e por muitas encarnações, sempre amigos.

Agradeço aos professores que me fizeram professora hoje. Regina Carvalho, Felipe Ferreira e Bernardo Miller, meu mais sincero e profundo obrigada. Se um dia eu conseguir ser uma pequena fração dos professores que vocês são, estarei extremamente satisfeita e honrada.

Agradeço também à Juliana Esposito Marins, minha orientadora. Obrigada por ter me acolhido há tantos anos, ainda em 2017, e ter me ajudado a me tornar a profissional que sou hoje. Te devo muito, demais para ser expresso em palavras.

À Anna Luisa, pelos 22 anos de amizade. Não sei viver e andar pela vida sem você. Só me entendo com você do meu lado. Que seja sempre assim, uma de mãos dadas com a outra.

À Bruna Dias, minha irmã de alma. Te encontrar pelo caminho foi uma dádiva. Te agradeço todos os dias por ser minha amiga.

A todos os amigos de escola. Bruna Pessanha, Patricia Menezes, Maria Isabella, Anna Carolina, Julia Abib, Nathalie Toffani, Viviane Romero, Miguel Arraes, Bernardo Werneck e tantos outros que me acompanham desde a infância. Que os anos nunca me impeçam de me sentir uma eterna adolescente do lado de vocês.

Às amigas do estágio. Giovana Vicchione, Júlia Alves e Gabriela Calafate, que me acompanham na decisão pela educação e me fizeram ver luz em tempos difíceis. Vocês me dão força, coragem e amor todos os dias.

Aos amigos da tropa. Lucas Libertador, Vitor Ai, Marina Mega, Bruna Sales, Marcelo Cunha e Alegria. Espero que sempre saibam o quanto significam para mim.

Por fim, mas não menos importante, a Júlio César. Te amo todo dia um pouco mais. Todos os meus sonhos têm você do meu lado. Obrigada por tudo.

A todos os amigos que fiz pelo caminho, a todos que me auxiliaram de alguma forma, que me deram a mão e me deram forças. Sou grata por cada troca pelo caminho. Não sou ninguém sem companhia e amor. Que a vida siga sempre assim, em comunhão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. MARINS (2013): AS DIFERENÇAS ENTRE PE E PB QUANTO À SUBSTITUIÇÃO DE <i>H AVER</i> POR <i>T E R</i>.....	10
2.1. História da alternância entre <i>ter</i> e <i>haver</i>	10
2.2. Análise dos dados	12
3. HISTÓRICO DOS AUTORES E ALFABETIZAÇÃO BRASILEIRA.....	20
3.1. A alfabetização brasileira e o Censo Demográfico.....	20
3.2. A biografia dos autores brasileiros.....	22
3.3. O teatro brasileiro e as influências de Portugal.....	25
4. A RELAÇÃO ENTRE NORMA CULTA, ALFABETIZAÇÃO E DADOS BIOGRÁFICOS.....	27
4.1. Faraco e a Norma Culta Brasileira.....	27
4.2. Relação entre dados analisados e processo histórico.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
6. REFERÊNCIAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir de conversas e inquietações acerca do funcionamento do Português Brasileiro (PB) em comparação com o Português Europeu (PE) no que se refere às diferenças sistêmicas entre as duas variedades do português. Particularmente sobre a configuração das sentenças existenciais com os verbos *haver* e *ter*, Marins (2013) defendia que, até metade do século XX, ambas as variedades se comportavam de forma semelhante, com *haver* sendo o verbo prototipicamente usado em contextos existenciais e *ter*, o verbo prototípico de posse. A partir da metade do século, a autora percebeu um caminho de alterações entre PB e PE, com o verbo *ter* invadindo contextos existenciais no PB, tomando o lugar do verbo *haver*, processo não observado no PE, fazendo com que as duas línguas se distanciassem. Tais dados foram obtidos a partir do estudo e leitura de peças teatrais dos séculos XIX e XX, tanto de autores portugueses quanto de autores brasileiros, para a construção de uma análise comparativa.

Atualmente, 10 anos depois da publicação do trabalho de Marins, algumas questões metodológicas podem ser apontadas. A origem social dos autores brasileiros, com quem conviviam e onde viveram e estudaram são aspectos muito relevantes para pensar no quanto a escolha por um ou outro verbo retratam a gramática do PB nas diferentes sincronias que não foram levados em consideração na análise dos dados. Outro fator relevante são as taxas de alfabetização da população brasileira no final do século XIX e no início do século XX que, por mostrarem a quantidade significativa de brasileiros iletrados, podem ter influenciado de forma expressiva as análises efetuadas.

Essas dúvidas serviram como bases motivadoras para essa Monografia, já que apontam para a possibilidade de as análises do período até a primeira metade do século XX não mostrarem semelhanças entre o PB e o PE, mas sim demonstrem uma gramática do PE ocorrendo em terras brasileiras. Tais elementos serão discutidos e consolidados no presente texto para verificar a hipótese de que, até metade do século XX, não havia uma gramática do PB semelhante a do PE, e sim uma gramática do PE no Brasil. O que possivelmente ocorreu, na realidade, seria uma Gramática Portuguesa influenciando a escrita e produção dos autores brasileiros, que não conviviam de verdade com seus compatriotas, mas sim com uma população majoritariamente europeia. Os primeiros dados verdadeiros do PB teriam passado a aparecer apenas a partir da segunda metade do século XX.

Para isso, teremos três seções: a primeira oferecerá um breve sumário dos dois primeiros capítulos de Marins (2013), analisando as disposições da autora sobre as diferenças

entre o PB e o PE com o passar dos séculos XIX e XX com base nas peças teatrais de autores brasileiros e portugueses. Na segunda seção, apresentaremos o histórico dos autores brasileiros, mostrando suas conexões com Portugal e suas vivências europeias, além de dados de alfabetização no Brasil. A terceira e última seção irá relacionar as duas anteriores para defender o argumento central desta Monografia.

2. MARINS (2013): as diferenças entre PE e PB quanto à substituição de *haver* por *ter*

A presente seção pretende elaborar um breve apanhado das ideias gerais dos capítulos I e II Marins (2013) de acordo com suas afirmações acerca do comportamento do PB nos séculos XIX e XX em comparação com o comportamento do PE sobre a substituição de *haver* por *ter* em contextos existenciais. O objetivo é fundamentar as inquietações discutidas com a autora e dar base para as seções posteriores, que irão debater a questão do PB como algo fora da elite brasileira.

2.1 História da alternância entre *ter* e *haver*

De início, no capítulo I, Marins aborda a história de alternância entre os verbos *haver* e *ter*, mostrando seu percurso desde o século XVI. Segundo Franchi, Negrão & Viotti (1998), Viotti (1998,1999), ainda no latim clássico, observava-se a co-ocorrência de *tenere* e *habere* na expressão de posse, com o primeiro entrando em construções em que o elemento possuído era externo ao possuidor, enquanto o segundo expressava posse inerente/inalienável. Por *habere* ser o verbo mais associado à posse, tornou-se o prototipicamente utilizado em construções de perífrase, sendo, de início, o seu centro semântico, enquanto o particípio indicava apenas o tempo. Com o passar do tempo e a cristalização da expressão perifrástica, o verbo se esvaziou semanticamente, perdendo sua noção de posse e o centro da perífrase passou para o particípio.

O enfraquecimento semântico levou o verbo *habere* a permitir sujeitos que não seriam interpretados como possuidores, mas sim o local de inserção do complemento do verbo, o seu ponto de referência, mostrando a relação de CONTINENTE-CONTEÚDO. No latim vulgar, já vemos o verbo *habere* como impessoal e com um sentido existencial, co-ocorrendo com o verbo prototipicamente existencial *esse*. Temos, então, a situação seguinte no latim vulgar: *habere* e *tenere* como verbos de posse, *habere*+particípio na perífrase verbal, já com *habere*

esvaziado semanticamente e o particípio sendo o centro da formação, e *habere* como verbo impessoal em sentenças de existência. Entrando no português arcaico, *haver* e *ter* eram os verbos associados à posse da mesma forma que ocorria no latim vulgar. Com o enfraquecimento semântico de *haver*, *ter* passa a tomar seu lugar no sentido de posse. A partir do século XV, *haver* e *ter* tinham ambos seus contextos possessivos e *haver* era o verbo prototípico de existência. Aos poucos, *ter* também começa a sofrer um esvaziamento semântico, então os dois verbos passam a suportar um número cada vez maior de sentidos.

De acordo com Viotti (1999), pelo fato de as sentenças possessivas com *habere* no latim terem passado a permitir sujeitos inanimados que eram, na realidade, locativos, temos sentenças com sujeitos que, sendo parafraseados, podem ser reanalisados como adjuntos adverbiais de lugar. Isso mostra que a relação entre posse e existência é mais próxima do que se supunha. Chegando no século XVIII, então, temos *ter* como verbo possessivo e *haver* como verbo existencial, situação essa que dura pouco tempo, com *ter* aparentemente invadindo os contextos existenciais no século XIX no PB. A emergência do verbo se justificaria, de acordo com Marins (2013), tomando como base as ideias de Callou e Avelar (2002), por pressupostos que propõem que sentenças possessivas, existenciais e copulativas partem de uma mesma derivação básica, com a inserção da matriz fonológica sendo determinada por conjuntos de traços específicos num dado núcleo funcional, havendo uma mesma estrutura abstrata subjacente comum a essas estruturas. *Ter*, *haver*, *ser* e *estar*, então, seriam itens funcionais que não participariam da derivação desde o início.

Voltando para Viotti (1999), vemos que *haver*, ao passar por um processo de gramaticalização e perder a capacidade de atribuir papel temático a seus argumentos, deixa de projetar uma posição estrutural de sujeito. *Ter*, por outro lado, passou por esse processo apenas recentemente, ainda apresentando características de verbo pleno. Além disso, o verbo *ter* seria capaz de assumir diferentes valores semânticos dependendo das condições sintáticas e das sentenças. *Ter* permitiria, então, sentenças pessoais ou impessoais, incluindo aquelas em que, na posição de sujeito, haveria um elemento semanticamente interpretado como locativo. Com isso, a autora interpreta que, se a estrutura existencial deriva da estrutura possessiva por conta da reanálise do sujeito inanimado, fenômeno que afetou *habere* no latim, então é possível que *haver* existencial tenha se tornado cada vez menos frequente no PB exatamente porque a semântica de posse parou de ser associada ao verbo. Com o verbo *ter*, que ainda expressa o sentido de posse, tal fenômeno não ocorreu.

Visto isso, analisamos, agora, a questão do Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN). De acordo com Avelar & Callou (2007), o PB está perdendo progressivamente o licenciamento

da categoria *pro_{ref}*, o que impede o falante do PB de interpretar o sujeito nulo. Sem isso, sentenças com *ter* possessivo e sujeito nulo, pela incapacidade de apresentar um sujeito ao falante, deixam de ser interpretadas como possessivas e passam a ser interpretadas como existenciais. Segundo os autores, seguindo os pressupostos da Morfologia Distribuída, o verbo *haver* teria deixado de ser um **verbo existencial funcional**, categoria a qual o verbo *ter* segue pertencendo, e passado a ser um **verbo existencial substantivo**, da mesma forma que outros verbos existenciais/apresentacionais como *existir*, *acontecer* e *ocorrer*. Com isso, Marins (2013) conclui que *ter* e *haver* não estariam mais em variação no PB por não corresponderem à mesma categoria, tendo *ter* permanecido como verbo funcional e *haver* tendo migrado para a categoria dos itens substantivos.

2.2 Análise dos dados coletados

No capítulo II, a autora mostra, através da análise de dados de peças teatrais, a evolução do processo de entrada de *ter* e o declínio do verbo *haver* em contextos existenciais ao longo dos séculos XIX e XX. Marins (2013) começa se baseando no trabalho de Duarte (1993), que parte do princípio de que as alterações no quadro pronominal do PB e a consequente redução do paradigma flexional do verbo teriam levado a mudanças no sistema. Observando o paradigma flexional do verbo no PB, percebemos uma diminuição da quantidade de oposições dispostas entre as pessoas gramaticais. Em um primeiro momento, da mesma forma que no PE, o PB dispunha de seis oposições, com *tu* e *vós* como representantes da segunda pessoa e *nós* como representante da primeira pessoa do plural. Com o passar do tempo, *tu* e *vós* passaram a ser substituídos por *você* e *vocês*, processo este responsável pela primeira redução do paradigma flexional do verbo, já que *você/vocês* desenvolvem formas verbais que apresentam desinências iguais às de terceira pessoa.

A segunda mudança veio com o processo em curso de gramaticalização da forma *a gente*, que vem a concorrer com a forma original *nós*¹. A partir desses processos, temos hoje no PB um paradigma flexional que conta com apenas três oposições, quando originalmente havia seis, o que nos leva, de acordo com Roberts (1993), à incapacidade de garantir o licenciamento do sujeito nulo no PB, ocasionando a necessidade de realizar os sujeitos foneticamente.

¹ Não se trabalha ainda com substituição pelo fato de existirem contextos específicos em que *nós* prepondera.

Marins (2013) passa, em seguida, à análise dos dados de sujeitos com referência definida de Duarte (1993). O estudo coletou sete peças teatrais, cada uma correspondendo a um período, indo de 1845 até 1992. Todas as peças eram de cunho majoritariamente popular e a análise nos mostra uma progressiva redução no percentual do uso de sujeitos nulos. O objetivo de se utilizar peças teatrais foi obter pistas sobre o processo de mudança que se opera, acima de tudo, na fala. Como não havia modo de obter gravações da época, peças teatrais foram as opções mais coerentes e convenientes.

Nos três primeiros períodos, que vão até 1918, ainda havia, no PB, um paradigma flexional constituído por seis oposições, o que garantia ao falante a identificação de sujeitos nulos, que apresentaram um percentual de 75% ou mais. Com as mudanças promovidas pela substituição dos pronomes *tu* e *vós* por *você* e *vocês*, percebemos, entre 1937 e 1955, uma queda de seis para quatro oposições na morfologia verbal e, conseqüentemente, a redução percentual de sujeitos nulos. Nos últimos dois períodos, 1975 e 1992, percebemos que o comportamento do sujeito no PB sofreu grandes mudanças e já não é mais o mesmo em relação ao comportamento do século XIX. A entrada da forma *a gente* em competição com o pronome *nós* nos mostra um percentual de sujeitos nulos bastante baixo, com 33% e 28%.

Marins, então, retorna para a questão da categoria a qual *ter* e *haver* pertencem. De acordo com Viotti (1999), *ter*, por figurar em uma quantidade elevada de construções, apresenta grande versatilidade semântica. O papel do verbo nas sentenças em que participa é apenas o de selecionar argumentos, sem atribuir-lhes papel temático, ou seja, os argumentos desse verbo não são selecionados em função de propriedades semânticas, mas determinados na composição de acordo com as relações semânticas entre os constituintes da sentença.

Ao mesmo tempo, nos termos de Roberts (1994), a gramaticalização do verbo *ter* pode ser descrita como a passagem de uma categoria substantiva para uma funcional. Para aprofundar essa questão, Marins se volta para a explicação mais minuciosa dos pressupostos teóricos da **Morfologia Distribuída**. Segundo a perspectiva, a gramática de indivíduos conta com listas de informações sobre os itens lexicais. Para a derivação, seria necessário acessar uma lista que agrupa as categorias substantivas, com substantivos, adjetivos e verbos plenos, e as categorias funcionais, que trazem noções de tempo, modo, número e pessoa, sem qualquer matriz fonológica. Com o prosseguimento da derivação, é só em um momento posterior que as categorias funcionais seriam revestidas de material fonético, permitindo a interpretação das mesmas.

A partir disso, Avelar (2006b) analisa o processo de substituição do verbo *haver* pelo verbo *ter* no PB. Segundo ele, as listas que contém as informações lexicais para as categorias

funcionais da primeira lista também abarcam as informações sobre as condições de realização das matrizes fonológicas. Apresenta-se, então, uma questão: quando vários itens reúnem condições próprias para a inserção, o item que possuir o maior número de informações correspondentes à categoria deve ser o escolhido. Dessa maneira, o autor demonstra que o verbo *haver* deixou de ser um verbo existencial funcional e passou a ser um verbo existencial substantivo, enquanto *ter* se comporta como uma categoria funcional. Para verificar tal hipótese, o autor utiliza como argumentos a diminuição do uso de *haver* ao longo do tempo e a impossibilidade da utilização do verbo em qualquer contexto existencial, problema que não ocorre com sentenças com o verbo *ter*. Nesse sentido, como mencionado anteriormente, *haver* teria um comportamento mais próximo de verbos como *acontecer*, *existir*, *dar* e da expressão *estar com*. Tais análises comprovariam que o comportamento semântico do verbo *haver* passou a ser mais restrito em comparação com o que se observava anteriormente no PB e com o que se observa em relação ao verbo *ter* atualmente.

Além disso, o autor também observa, seguindo Magalhães (2006), que crianças brasileiras, nos primeiros momentos do processo de aquisição da linguagem, não produzem sentenças existenciais com *haver*, apenas com *ter*. *Haver* entraria para o acervo desses falantes apenas tardiamente, por meio da recuperação feita pela escola. Tal observação não ocorreria se *haver* fosse um verbo funcional pelo fato de que tais verbos não são adquiridos tão tardiamente assim. Avelar, para tentar explicar por que um verbo perdeu o lugar para outro e sofreu a mudança de categoria apontada, relaciona as alterações no quadro pronominal do PB, o enfraquecimento da concordância verbal e a impossibilidade de licenciar uma categoria vazia na posição de sujeito. Com as alterações no quadro pronominal do PB, houve uma redução no paradigma flexional do verbo, gerando a incapacidade de interpretar sujeitos nulos. Sentenças possessivas com *ter* e sujeito nulo, então, deixaram de ser interpretadas por não haver meio de determinar referência. Com isso, o falante passou a interpretar tais contextos como existenciais, em que *ter* não teria um sujeito. Agora, se *ter* com sujeito nulo passou a ser interpretado como existencial, o sistema teria duas matrizes fonológicas para o mesmo conjunto de traços, situação impossível pois não permite a eleição da matriz mais adequada. *Haver* parece, dessa forma, ter sido retirado das categorias funcionais e teria passado a fazer parte das categorias substantivas.

Após ter explicitado esses pressupostos teóricos e ter aprofundado as discussões anteriores, Marins (2013) parte para a sua análise de dados. Para tal, procedeu a uma análise diacrônica a partir do método quantitativo amplamente utilizado por trabalhos que se inserem no quadro da Sociolinguística Variacionista, de sentenças existenciais em que os verbos *ter*,

haver e *existir* poderiam ocorrer no mesmo contexto, sem que sua alternância implicasse em mudanças significativas de sentido ou valor das sentenças. Dessa forma, não foram levadas em conta sentenças em que um dos verbos não constasse como uma opção, sentenças com expressões cristalizadas ou aquelas que ocorrem de igual maneira tanto no PB quanto no PE.

O *corpus* da amostra do PB é um conjunto de 43 comédias teatrais escritas entre 1844 e 1992 por autores cariocas ou que viveram no Rio de Janeiro durante a maior parte de suas vidas. As peças foram separadas em sete períodos distintos, a mesma classificação adotada por Duarte (1993). O *corpus* de PE consta com 41 peças teatrais². Abaixo, segue o quadro das obras brasileiras:

	Título	Autor
Período I - 1845 - 1860	O namorador ou a noite de São João (1844)	Martins Pena
	O noviço (1845)	
	As casadas solteiras (1845)	
	Quem casa quer casa (1845)	
	O judas em sábado de aleluia (1846)	
	Os irmãos das almas (1847)	
	O juiz de paz da roça (1848)	
	O primo da Califórnia (1855)	Joaquim Manuel de Macedo
	O demônio familiar (1857)	José de Alencar
Período II - 1870 - 1889	O defeito de família (1870)	França Jr.
	Amor com amor se paga (1870)	
	O bote de rapé (1878)	Machado de Assis
	O tipo brasileiro (1882)	França Jr.
	Como se fazia um deputado (1882)	
	Caiu o ministério (1883)	
	Maldita parentela (1887)	
As doutoras (1889)		
Período III - 1899 - 1920	Não consulte o médico (1899)	Machado de Assis

² As peças coletadas do PE são igualmente comédias, mas o quadro dessas não constará neste trabalho pelo foco específico selecionado no PB.

	O mambembe (1904)	Arthur de Azevedo
	Lição de botânica (1906)	Machado de Assis
	O simpático Jeremias (1918)	Gastão Tojeiro
	Onde canta o sabiá (1920)	
	A inquilina de Botafogo (1920)	
Período IV - 1933 - 1945	O troféu (1933)	Armando Gonzaga
	A patroa (1933)	
	O hóspede do quarto nº 2 (1937)	
	A vida tem três andares (1938)	Humberto Cunha
	A Ladra (1942)	Silvino Lopes
Período V - 1953 - 1967	Uma mulher em três atos (1953)	Millôr Fernandes
	Pedro Mico (1954)	Antônio Callado
	O colar de coral (1954)	
	Do tamanho de um defunto (1955)	Millôr Fernandes
	Um elefante no caos (1955)	
	Bonito como um deus (1955)	
	O santo milagroso (1963)	
Período VI - 1975 - 1984	A mulher integral (1975)	Carlos Eduardo Novaes
	O último carro ou as 14 estações (1976)	João das Neves
	Os órfãos de Jânio (1979)	Millôr Fernandes
	Confidências de um espermatozoide careca (1984)	Carlos Eduardo Novaes
Período VII - 1990 - 1992	A partilha (1990)	Miguel Falabella
	No coração do Brasil (1992)	
	Como encher um biquini selvagem (1992)	

Quadro 1: Relação das peças teatrais (PB) e sua distribuição em períodos de tempo

É perceptível, em uma primeira análise, que a distribuição de peças por período não é uniforme. Isso se deve ao fato de que as peças dos primeiros períodos são, no geral, menores, então uma quantidade maior de peças foi necessária para que o número de dados se tornasse significativo. Também foram analisados múltiplos autores para evitar que os dados indicassem apenas a gramática pessoal de um autor específico. Segundo a autora, o tipo de texto escolhido e o fato de ter sido observado, em todas as peças, um registro

majoritariamente informal sugere uma proximidade maior com dados da fala espontânea. Apesar disso, é inegável que, por ser um registro escrito, não há meio de se escapar de escolhas conscientes e possíveis pressões normativas. Por fim, os dados foram codificados de acordo com os grupos de fatores indicados em Callou & Avelar (2000) e Avelar (2006a): (a) elemento à esquerda do verbo (b) tempo verbal (c) posição do argumento interno (d) traço semântico do argumento interno (e) tipo sintático da oração (f) período de tempo.

Os resultados encontrados na análise de peças brasileiras se apresentam no gráfico abaixo e na tabela em seguida. Foram computadas 986 sentenças, 649 com o verbo *haver*, 290 com o verbo *ter* e apenas 47 com o verbo *existir*. Observa-se, na análise de ambos, que as frequências de *haver*, nos quatro primeiros períodos, ou seja, até os anos 30 do século XX, revelam-se bastante altas, acima dos 90%, enquanto os períodos 5, 6 e 7, que compreendem peças escritas a partir dos anos 1950, demonstram a queda desse uso. Enquanto isso, o verbo *ter* se apresenta inexpressivo até o quarto período. A partir do quinto período, começamos a ver seu aumento e ele já chegou no último período muito acima do uso de *haver*. Esses números demonstram que, se em um primeiro momento, o verbo *haver* era o verbo existencial prototípico e o verbo *ter* ficava mais às margens, a partir dos anos 70 essa situação se altera e *ter* passa a ser o uso padrão. O verbo *existir*, por sua vez, mantém-se constante durante toda a análise, com percentuais nunca chegando a 10%, o que sugere se tratar de uma outra categoria, não competindo, pois, com as outras duas formas verbais.

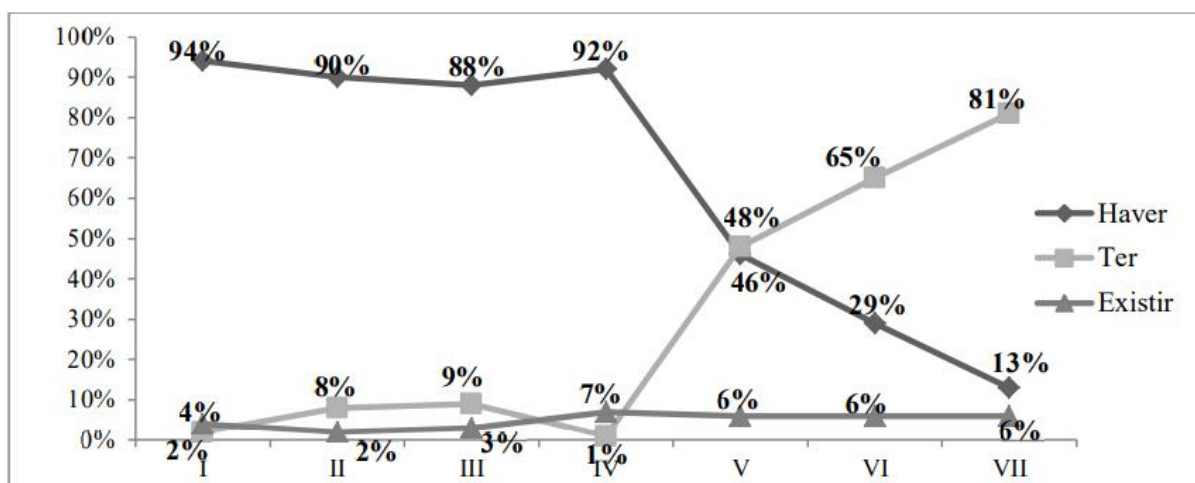


Gráfico 1: Distribuição de *haver*, *ter* e *existir* ao longo dos 7 períodos de tempo (PB)

Período	Haver	Ter	Existir
I (1840 - 1860)	147 - 94%	4 - 2%	6 - 4%
II (1870 - 1889)	114 - 90%	10 - 2%	3 - 2%

III (1899 - 1920)	123 - 88%	12 - 9%	4 - 3%
IV (1993 - 1945)	114 - 92%	1 - 1%	9 - 7%
V (1953 - 1967)	99 - 46%	104 - 48%	12 - 6%
VI (1975 - 1984)	41 - 29%	90 - 65%	8 - 6%
VII (1990 - 1992)	11 - 13%	69 - 81%	5 - 6%
Total	649	290	47

Tabela 1: Distribuição de haver, ter e existir ao longo dos 7 períodos de tempo (peças brasileiras)

Apesar de os dados de *ter* serem baixos nos primeiros períodos, de acordo com Ribeiro (1914), Callou & Avelar (2000, 2002), Avelar & Callou (2007), Avelar (2006a, 2006b), Marins afirma que é provável que eles fossem maiores do que os apresentados até mesmo no século XIX uma vez que o uso de *ter* existencial vinha crescendo na época, até entre os mais escolarizados. A partir desses dados, Marins também faz um comparativo com os dados encontrados em Duarte (1993) em relação à representação do sujeito pronominal. Nesse comparativo, pode-se observar que as curvas ascendentes de *ter* existencial e do sujeito pronominal expresso crescem paralelamente, com o preenchimento do sujeito aumentando mais rapidamente do que o uso de *ter*.

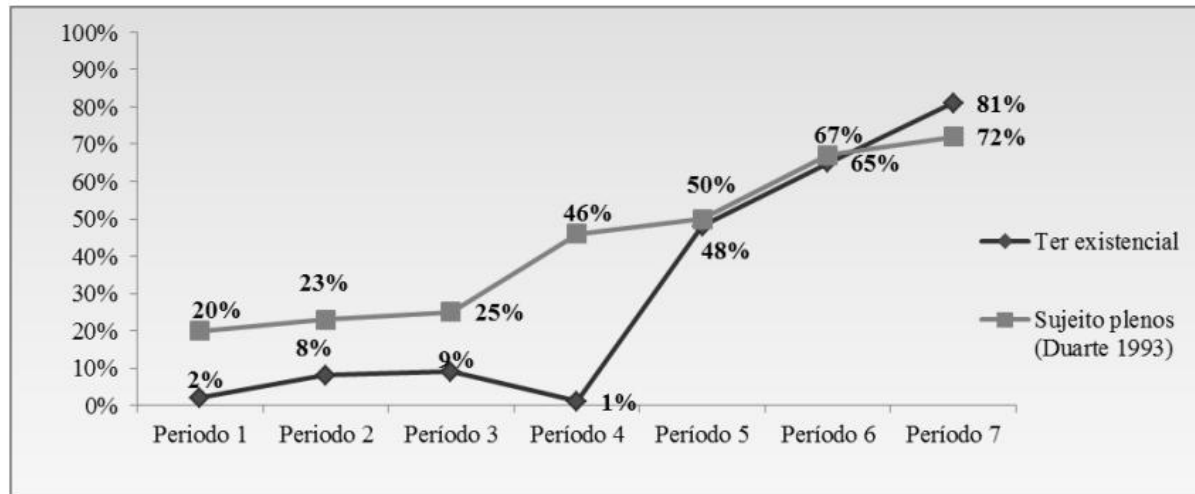


Gráfico 2: Distribuição de ter vs. crescimento de sujeitos de referência definida plenos ao longo dos 7 períodos de tempo (PB)

As análises do gráfico mostram alguns pontos interessantes. Em primeiro lugar, Marins percebe que a baixa frequência de sujeitos plenos nos primeiros períodos mostra que o sistema ainda permitia o licenciamento de categorias vazias na posição estrutural do sujeito. Com isso, sentenças com *ter* e sujeito vazio ainda poderiam ser interpretadas como

possessivas. Com o passar do tempo e a clara mudança do Parâmetro do Sujeito Nulo, sentenças com *ter* e sujeito nulo vão deixando de poder ser interpretadas como possessivas e passam a receber uma interpretação existencial. Levando em consideração que o período III vai até 1920 e que os autores dos três primeiros períodos nasceram todos em meados do século XIX, Marins deduz que esses três períodos refletem, na verdade, aspectos de gramáticas de sincronias anteriores. Isso nos levaria a crer, então, que os indivíduos mais velhos desses momentos históricos ainda teriam uma gramática que licenciaria categoria vazia na posição estrutural de sujeito, mas os jovens dessa mesma época já interpretariam as mesmas sentenças como existenciais.

Os resultados demonstrados indicariam, então, que *ter* toma o lugar de *haver* em sentenças existenciais e *haver* passa a se aproximar da categoria de verbos existenciais substantivos. Marins, então, segue para um estudo de contextos relevantes para verificar de que maneira o verbo *haver* teria passado de verbo funcional para verbo substantivo. De início, a autora observa o tempo verbal. Tentando comprovar a hipótese de Callou e Avelar (2000) de que o pretérito perfeito favoreceria o uso de *haver*, Marins focaliza os dados dos três últimos períodos, nos quais *ter* já prepondera e seria possível analisar os contextos de resistência de *haver*. Comparando as ocorrências de *ter* e *haver*, percebemos que o único percentual em que *haver* é maior do que *ter* é no pretérito perfeito, o que poderia sugerir que o verbo *haver* estaria associado ao discurso narrativo.

Em relação ao traço semântico do argumento interno, Callou e Avelar (2000) afirmam que *haver* estaria mais associado aos traços semânticos “menos materiais”, como [+abstrato] e [+evento]. Os dados de Marins (2013) confirmam o observado por Callou & Avelar (2000) e Avelar (2006a) para a fala culta, com nenhum dos três últimos períodos apresentando dados “mais materiais” - [+animado], [+material] ou [+lugar] - superando o número de dados com traços mais abstratos. O verbo *ter*, por outro lado, invade todos os contextos, independentemente do traço do argumento interno.

Em suma, na presente seção, focalizei o estudo de Marins (2013) sobre as mudanças observadas na representação da existência em particular no PB e sua relação com a remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo. Agora, a partir do discutido nesta seção, vamos observar os pontos desconsiderados pela autora em sua análise, sobretudo no que diz respeito aos aspectos metodológicos do trabalho, com vistas a relacionar o passado histórico dos autores brasileiros com as mudanças observadas para verificar a hipótese de que o estudo não mostrou uma mudança no PB, mas sim mostrou uma gramática do PE ocorrendo no Brasil.

3. HISTÓRICO DOS AUTORES E ALFABETIZAÇÃO BRASILEIRA

Esta seção tem como objetivo observar o passado histórico dos autores das peças brasileiras e relacionar essas informações com as taxas de alfabetização do Brasil do século XIX e do início do século XX. Para isso, começaremos analisando o histórico de análises demográficas do Brasil no século XIX e, então, passaremos para a análise biográfica dos autores estudados nos cinco primeiros períodos utilizados por Marins (2013). Por fim, faremos uma breve retrospectiva de como o teatro lusitano influenciou fortemente o teatro brasileiro.

3.1 A alfabetização brasileira e o Censo Demográfico

Iniciamos, então, com o Censo Demográfico. O primeiro Censo que ocorreu no Brasil foi em 1872, mas o primeiro regulamento censitário no Brasil data de 1846, que definiu o caráter periódico do censo, fixando-o com intervalo de 8 anos. Antes disso, os dados sobre a população brasileira eram obtidos através de relatórios com outras finalidades, como relatórios de autoridades eclesiásticas ou de funcionários da Colônia, e também através de estimativas da população fornecidas pelos Ouvidores à Intendência Geral da Polícia.

O primeiro censo, programado para 1852, não foi realizado, pois a população se revoltou e impediu o levantamento de dados. Em 1870, um novo regulamento censitário determinou que os censos analisassem todo o território da nação e que ocorreriam com um intervalo de 10 anos. Dois anos depois, ocorreu o primeiro censo do país, chamado de Recenseamento da População do Império do Brasil. Esse foi o único Censo realizado durante a vigência do sistema escravocrata brasileiro e ocorreu em meio à onda contra o regime monárquico.

O Censo de 1872 revelou uma taxa de 82,3% de analfabetos para as pessoas de 5 anos ou mais. Essa situação se manteve inalterada no Censo de 1890, o primeiro censo realizado na República, com 82,6%. De acordo com Ferraro e Kreidlow (2004), tais taxas caracterizaram o Brasil como campeão mundial de analfabetismo. Sérgio Buarque de Holanda (1997), por sua vez, analisa a fala do deputado Silveira Lobo, que, em 1869, no Senado, lembrou que o Brasil possuía apenas 4800 alunos para uma população estimada em meio milhão. Analisando comparativamente as taxas de analfabetismo entre as diferentes províncias do Império em 1872, percebemos que as diferenças não são expressivas. Segundo a retrospectiva dos documentos do Censo de 1940, as taxas mais altas de analfabetismo

(Paraíba – 87,1% e Ceará – 87,0%) superam em apenas 1,19 a 1,23 vezes as taxas mais baixas verificadas no Império (Paraná –71,1% e Pará – 73,2). Isso mostra que, no Brasil de 1872, não havia grande diferença entre as províncias em relação ao analfabetismo.

Como dito anteriormente, do Censo de 1872 para o Censo de 1890, não percebemos alterações expressivas nas taxas de analfabetismo. A única mudança mais substancial observada é no Rio de Janeiro, que apresenta uma taxa de 77,2% em 1872 e de 66,8% em 1890. A partir do Censo de 1920, já começamos a ver mudanças mais significativas. Houve uma redução de 11 pontos percentuais nas taxas (de 82,3% em 1872 e 82,6% em 1890 para 71,2% em 1920). É no período de 1890 a 1920 que tem início a tendência de queda do analfabetismo no Brasil. Começamos também a ver, a partir de 1920, diferenças mais substanciais entre as taxas de cada província, com cortes mais acentuados entre grupos específicos. A taxa mais baixa de analfabetismo da nação em 1920 era da capital da República, Rio de Janeiro, com 53,4%. Em 1936, foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo o primeiro Censo feito pelo instituto o Censo de 1940, 10 anos depois do início do Governo Vargas. Os resultados divulgados apontam para uma taxa de 61,20% da população de cinco anos ou mais como analfabeta e uma taxa de 56,70% no grupo de dez anos ou mais.

A partir dessas análises, conseguimos pontuar que, até meados do século XX, a maioria da população brasileira era analfabeta. A pequena parcela da população que tinha acesso à educação era a elite brasileira, principalmente situada no Rio de Janeiro, que tinha grande contato com a Corte oriunda de Portugal, de quem, no mais das vezes, era descendente. É importante salientar que, a cada novo Censo feito, a discrepância entre Rio de Janeiro capital e o resto das províncias foi se tornando cada vez maior, ou seja, se, ainda no Rio de Janeiro, mais da metade da população era analfabeta do início do século XX, as taxas das outras províncias eram consideravelmente piores. Essas observações nos levam a desenvolver a hipótese do presente trabalho de que os escritores brasileiros que produziam peças teatrais no Rio de Janeiro até metade do século XX não operavam na lógica de uma gramática brasileira, e sim portuguesa.

É também importante salientar o fato de que, à medida que as taxas de analfabetismo no Brasil foram diminuindo, os níveis de uso de *ter* existencial foram crescendo, o uso de sujeitos nulos foi diminuindo e o uso de *haver* existencial também. Por mais que não haja relação direta entre esses dados, é possível supor que, a medida que a população brasileira como um todo foi ganhando acesso à educação letrada, os usos observados na fala popular e cotidiana passaram a invadir os contextos escritos, influenciando, dessa forma, as taxas de

uso de *ter* e *haver* existencial. Como afirmado por Marins (2013), existe a possibilidade de que os dados fossem maiores do que os apresentados até mesmo no século XIX, uma vez que o uso de *ter* existencial vinha crescendo na época, até entre os mais escolarizados. Com isso, percebe-se que os dados observados nos quatro primeiros períodos em relação ao uso de *ter* e *haver* existenciais representam uma parcela muito pequena da população brasileira, não indicando realmente como o PB funcionava na época. Até mesmo quando observados os dados produzidos por personagens das classes mais baixas, deve-se ter em conta que a gramática refletida nos dados da escrita é aquela dos autores. À medida que a alfabetização caminha para a disseminação pelo território nacional, os dados passam a refletir de forma mais coerente a realidade da fala e, conseqüentemente, da escrita do PB.

3.2 A biografia dos autores brasileiros

Passando, agora, para a análise dos escritores brasileiros, começamos com aqueles discutidos no primeiro período, o referente aos anos de 1845 até 1860. Como podemos perceber, tal período produziu peças que vieram muito antes do primeiro Censo do país. Além disso, os autores que escreveram nessa época nasceram nas duas primeiras décadas do século XIX. Martins Pena nasceu em 1815, no Rio de Janeiro, Joaquim Manuel de Macedo nasceu em 1820, em Itaboraí, e José de Alencar nasceu em 1829, em Fortaleza. Como exemplificação, serão analisadas as vidas de Martins Pena e Joaquim Manuel de Macedo. Como explicitado em Marins (2013), tais autores, por terem nascido muito antes da data de publicação de suas peças, transpareceriam aspectos de gramáticas de sincronias muito anteriores àquelas do Período I.

Em primeiro lugar, Martins Pena, o autor que mais tem obras referentes ao primeiro período, nasceu no Rio de Janeiro e perdeu o pai desembargador com um ano de idade, segundo o Dr. Francisco da Veiga, autor da biografia do comediógrafo em 1877 para a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB). Sua mãe se casou novamente com Antônio Maria da Silva Torres, Major do Exército nascido em Portugal. Pena concluiu o Curso de Comércio aos vinte anos e entrou, em 1838, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, exercendo diversos cargos, inclusive na Legação do Brasil em Londres em 1847. Chegou a ser apresentado, em 1848, à Rainha Vitória, mas adoeceu alguns meses depois e faleceu em Lisboa, Portugal, com apenas 33 anos. Tais fatos de sua biografia explicitam sua classe social abastada e suas conexões fortes com Portugal. O autor não só cresceu em casa com uma figura paterna portuguesa influenciando fortemente o processo de

desenvolvimento de sua Gramática, como também viveu parte de sua vida trabalhando em solo europeu.

Joaquim Manuel de Macedo, também autor que fez parte da revista do IHGB, consta com apenas uma peça no primeiro período analisado. Entrou para o Instituto com menos de 25 anos, em 1848, depois de ter estudado na Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro. Participou ativamente da vida intelectual e política do Segundo Reinado e foi articulista de diversos jornais (Bosisio, 2010). Por mais que sua atividade seja toda no Brasil, sua vivência no Segundo Reinado era, em boa parte, com portugueses. Além disso, ainda segundo Bosisio (2010), de tão próximo da Família Real, Joaquim Manuel de Macedo foi professor das princesas D. Isabel e D. Leopoldina.

No segundo período, temos França Jr, nascido no Rio de Janeiro em 1838, e Machado de Assis, nascido na mesma cidade em 1839. Percebe-se, portanto, que ambos nasceram antes mesmo das peças do primeiro período terem sido escritas. De acordo com Freitas (2002), França Jr. se formou em 1862 na Faculdade de Direito de São Paulo, foi Secretário de Governo Provincial da Bahia, advogado adjunto da promotoria pública da Corte, condecorado Cavaleiro da Ordem da Rosa e da Ordem Austríaca de Francisco José e ainda representou o Brasil na exposição de Viena, em 1873. Segundo Artur Azevedo, jornalista brasileiro, França Jr era um aristocrata que tinha grande afeição pela família imperial, sendo amigo íntimo do príncipe D. Pedro Augusto, neto mais velho do imperador D. Pedro II.

Machado de Assis, por sua vez, é filho de um homem negro descendente de alforriados e uma portuguesa da ilha de São Miguel. É o primeiro escritor do grupo escolhido por Marins que não veio de família abastada e que nunca frequentou a faculdade, mas a origem de sua mãe impossibilita que ele não tenha sofrido grande influência de uma gramática europeia. Por mérito próprio, assumiu diversos cargos públicos, desde o Ministério da Agricultura ao do Comércio e das Obras Públicas. Apesar de sua origem humilde, Machado de Assis foi capaz de ascender socialmente e alcançou posições e cargos públicos de destaque. Por conta disso, sua vida profissional foi cercada por portugueses, o que pode ter gerado ainda mais influência na sua escrita.

O escritor também configura como exemplo do Período III ao lado de Artur Azevedo (o mesmo jornalista que escreveu sobre França Jr.) e Gastão Tojeiro. Artur Azevedo, nascido no Maranhão em 1855, era filho do vice-cônsul de Portugal em São Luís. Trabalhou no Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, e lecionou português no Colégio Pinheiro. Sobre Tojeiro, o autor que mais configura peças no terceiro período, nasceu em 1880 no Rio de Janeiro e trabalhou como caixeiro-viajante. Iniciou sua carreira como autor dramático no

governo Pereira Passos, quando a cidade do Rio de Janeiro passava por intensas transformações.

No Período IV, vemos três autores: Armando Gonzaga, Humberto Cunha e Silvino Lopes. Como meio de exemplificação, traremos a breve biografia de Armando Gonzaga, autor que mais figura peças no dito período. Nasceu no Rio de Janeiro em 1884, tendo sido jornalista, teatrólogo, presidente da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) e tradutor. Tais funções deram papel de destaque para o autor na sociedade carioca da época e exigiam dele formação acadêmica aprofundada e conhecimento de múltiplas línguas. Por conta disso, por mais que o Período IV já oferecesse peças do início do século XX, Armando, nascido no final do século XIX, ainda perpetuava um paradigma linguístico de épocas passadas.

No Período V, momento em que começamos a ver mudanças acerca do comportamento do PB em comparação com o comportamento do PE sobre a substituição de *haver* por *ter* em contextos existenciais, temos apenas dois autores, ambos nascidos já no século XX: Millôr Fernandes e Antônio Callado. Millôr Fernandes, nascido em 1923 no Méier, Rio de Janeiro, era filho de um imigrante espanhol que morreu um ano após seu nascimento, deixando sua mãe sozinha na criação de quatro filhos. Escreveu em e para inúmeros jornais brasileiros, como O Cruzeiro, A Cigarra, O Guri. Começou a escrever para o Cruzeiro ainda na adolescência, em 1938, e assumiu a direção do jornal em 1943. Já Antônio Callado nasceu em 1917 também no Rio de Janeiro e passou a escrever em jornais já na juventude. Formou-se em direito, mas nunca exerceu. Grande parte de sua literatura, de acordo com Martinelli (2006), criticava a ditadura militar, tendo grande peso sua observação do contexto brasileiro. Até 1975, atuou ativamente em diversos jornais brasileiros, como o Correio da Manhã e o Jornal do Brasil. Foi também contratado para desenvolver a primeira Enciclopédia Barsa. Deu aulas em universidades do exterior e seu nome foi eternizado pela Academia Brasileira de Letras.

A partir do quinto período, portanto, já passamos a ver uma mudança significativa tanto no uso de *ter* existencial quanto na questão do paradigma do sujeito nulo, o que nos levaria a crer que os autores estudados não reproduzem mais modelos tão anteriores e que os dados provenientes de suas peças estejam mais próximos ao falar brasileiro da época. Além disso, os autores dos Períodos III e IV já começam gradativamente a mostrar uma proximidade cada vez menor com terras portuguesas, por mais que esta ainda fosse considerável, a exemplo de Artur Azevedo, filho de português. Os dois autores do Período V

indicam pouca relação com Portugal e uma escrita muito voltada para o Brasil como um todo, recebendo influências de textos brasileiros produzidos no território nacional.

Retomando os dados de Marins (2013), vemos que as mudanças entre o Período IV e o Período V condizem com o que foi apontado pela vivência de cada autor. Até metade do século XX, ou seja, até o fim do Período IV, vemos autores que se relacionam de forma próxima com portugueses, seja em sua vida privada, seja na profissional. A partir do quinto período, essa aproximação deixa de ser significativa e os autores estudados estão cada vez mais distantes do país europeu. Além disso, retomando fala anterior de que indivíduos mais velhos de certos períodos representariam aspectos gramaticais de sincronias anteriores, ainda podemos supor que, como Millôr Fernandes tem peças do Período V que vão desde 1953 até 1963, lançadas, então, entre seus 30 e 40 anos de idade, e Antônio Callado publicou as suas em 1954, com 37 anos, ambos trariam para seus textos sincronias anteriores, por mais que não muito anteriores. Tal hipótese nos levaria a crer ainda que as mudanças observadas entre os verbos *ter* e *haver* no PB seriam ainda mais antigas, teriam passado a ocorrer antes mesmo do observado pelos dados nas peças teatrais.

3.3 O teatro brasileiro e as influências de Portugal

Além do passado de cada autor estudado, é muito relevante analisar também o contexto histórico mais geral do teatro brasileiro. De acordo com Lafayette Silva (1938), a influência do teatro lusitano foi decisiva para a formação do teatro brasileiro. Ainda no início do século XIX, tanto as peças representadas em solo nacional como os intérpretes e os ensaiadores eram, em sua maioria, de Portugal. Antes disso, o que havia de teatro no território nacional eram representações organizadas pelos jesuítas nos arredores das igrejas interpretadas pelos locais, que recebiam instruções breves dos próprios portugueses. A influência na formação direta começa em 1829, quando vem uma companhia formada em Lisboa para o Brasil. Em 1830, com a inauguração do Real Teatro do Rio de Janeiro, duas companhias estrangeiras vieram ocupá-lo. Em 1838, vieram para o Brasil Domingos de Magalhães e Araujo Porto Alegre, dois grandes dramaturgos portugueses, que instruíram os artistas brasileiros sobre os novos processos da representação artística. Nessa época, então, eram interpretadas no Brasil peças europeias, de Portugal, França, Itália, entre outros países.

A reviravolta brasileira de identidade nacional do teatro vem, de acordo com Magaldi (2015), com Gonçalves de Magalhães em 1836, quando o autor lançou o manifesto teatral por uma arte verdadeiramente brasileira. Apesar disso, hábitos portugueses ainda influenciaram o

teatro brasileiro por muitas décadas. Por exemplo, até o início do século XX, segundo Chapper (2019), as companhias de teatro locais eram formadas por atores portugueses e os textos dramáticos eram inspirados nos franceses. Além disso, o sotaque português na interpretação da peça era moda vigente que demorou a ser esquecida. Tais informações demonstram um fato relevante: por mais que, na segunda metade do século XIX, já tenhamos autores brasileiros escrevendo peças, esses autores, além de terem grande contato com terras portuguesas na sua vida privada, produzem peças com atores portugueses em mente, servindo como modelo, levando, claramente, seus modos de falar em conta, e se inspiram em peças europeias para as suas produções literárias. Além disso, por mais que, em 1836, Gonçalves de Magalhães tenha lançado um manifesto defendendo uma arte brasileira, tal defesa não abrange uma *língua* genuinamente brasileira. Essa noção não era vigente na época, portanto tentar construir peças que definissem o Brasil não influenciaria o modo como os atores brasileiros viam e proclamavam a língua portuguesa.

Os textos dramáticos estudados nos primeiros períodos de Marins (2013), aqueles referentes à segunda metade do século XIX, foram produzidos durante o Romantismo, que foi grande aliado da produção teatral brasileira por defender e buscar uma identidade autenticamente brasileira. É nesse momento e através desse processo que o teatro brasileiro entra em um movimento de independência do teatro português. Apesar disso, é apenas no início do século XX, ainda segundo Magaldi (2015), que surge uma possibilidade mais clara de mudança do teatro nacional. As companhias estrangeiras dominavam os principais palcos, mas tal cenário mudou com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que impediu que tais companhias chegassem ao Brasil. Foi a partir desse momento que as companhias e as produções nacionais começaram a ocupar esse espaço. Dita mudança aconteceu concomitantemente àquelas observadas no PB, o que certamente demonstra influência. À medida que as peças foram se tornando cada vez mais brasileiras, com companhias, atores e enredos nacionais, a língua produzida nessas obras também foi se nacionalizando. Tais observações nos levam a questionar, então, até que ponto as obras dos períodos I - IV realmente representavam o PB.

Com isso, esta seção visou analisar, a partir dos períodos estudados em Marins (2013), o passado histórico brasileiro em relação aos seus autores, ao analfabetismo e à formação do teatro nacional. Cada um dos aspectos observados nesta seção será interrelacionado na próxima, que também irá tratar das questões da norma-padrão instituída no Brasil.

4. A RELAÇÃO ENTRE NORMA CULTA, ALFABETIZAÇÃO E DADOS BIOGRÁFICOS/HISTÓRICOS

A presente seção visa discutir questões de norma culta/norma padrão e como tais conceitos influenciam e determinam os fenômenos analisados nesta monografia. Para tal, utilizamos o livro *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*, de Carlos Alberto Faraco, mais especificamente de seu primeiro capítulo. A partir disso, os dados analisados em Marins (2013), os dados biográficos dos autores brasileiros, a história teatral brasileira e o processo histórico de alfabetização do Brasil serão interrelacionados e testados no sentido de dar suporte à hipótese defendida.

4.1 Faraco (2008) e a Norma Culta Brasileira

Inicialmente, Faraco (2008) aborda o sentido da palavra norma, que pode ser entendida como *normal*, o que ocorre regularmente, ou de *normatividade*. Nos estudos linguísticos, *norma* seria “o termo que usamos para designar os fatos de língua usuais, comuns, correntes numa determinada comunidade de fala. Em outras palavras, *norma* designa o conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de uma certa comunidade” (FARACO, 2008, p.42). Dessa forma, dentro de uma sociedade diversificada como a brasileira, teríamos inúmeras normas ocorrendo simultaneamente e um mesmo falante dominaria mais de uma norma. Tal afirmativa se relaciona com os fatos anteriormente discutidos sobre a formação da identidade do teatro brasileiro. Por mais que já houvesse autores brasileiros produzindo peças no final do século XIX no Brasil, é de se esperar que esses artistas ainda produzissem pensando em outra norma, a norma vigente do PE, e não reproduziam a real norma do PB da época. Eles escreviam para artistas portugueses se baseando em peças europeias e, na maioria das vezes, pensando em um público de elite majoritariamente português. Ou seja, não só a matriz portuguesa servia como modelo estético para os artistas brasileiros, mas deve ter atuado como baliza para os usos linguísticos considerados "normais". Por mais que exista a possibilidade de esses dramaturgos, em seus ambientes pessoais, usarem variantes mais brasileiras, não eram essas as normas propagadas em suas obras. Tal fato se comprova em Faraco (2008), que afirma que a pressão das redes externas de relações pode levar o falante a buscar utilizar outras normas, nesse caso, as normas portuguesas. Faraco utiliza como exemplo as gerações mais novas das populações que migraram do campo para a cidade, pois tais tentaram se

adaptar às normas vigentes das populações urbanas. Sabe-se bem que a vida aristocrática do século XIX exercia grande peso normativo no Brasil da época. Portanto, o teatro brasileiro só consegue se fortalecer como verdadeiramente brasileiro a partir da metade do século XX e só passa a retratar o PB a partir do mesmo período. Antes disso, o que vemos é tanto um teatro quanto uma língua europeia acontecendo em solo nacional e influenciando as produções locais. Além disso, ainda observando a influência portuguesa no teatro brasileiro, é inegável que tal processo teve grande peso na produção linguística brasileira. Para tal, cito Faraco em seu exemplo de comunidades essencialmente rurais que, apesar disso, tinham contato constante com as normas urbanas através do rádio, da televisão e da escola. Se já foi comprovado que os autores de peças brasileiras dos primeiros períodos estudados tinham grande contato pessoal com Portugal, ainda que não tivessem, por receberem majoritariamente material artístico vindo de Portugal, suas produções tenderiam a refletir essa influência.

Voltando para as definições de *norma*, Faraco define, então, que *norma culta* envolve um emaranhado de pressupostos e atitudes nem sempre claras. Segundo o autor, o adjetivo, em primeiro lugar, leva a crer que existe uma norma “inculta” utilizada por grupos sem cultura. Contudo, não há grupo humano sem cultura, o que torna tal pressuposição falsa. Culto, então, poderia dizer respeito à dimensão escrita da cultura, então *norma culta* seria aquela utilizada pelos grupos sociais mais diretamente associados à cultura escrita. Novamente, tal ideia traz problemas, pois quem designou essa noção foram os próprios falantes dessa norma, e seu posicionamento privilegiado econômica e socialmente os leva a crer que são mais cultos que os demais.

Segundo o projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC), em 1970, a classe de cultos era aquela com a educação superior completa. Entretanto, Faraco sugere ser mais adequado considerar letrados como os concluintes do Ensino Médio. Apesar disso, essa definição não se aplica à realidade brasileira. Segundo o Censo Demográfico de 2000, dos 10 milhões de jovens entre 15 e 17 anos, metade estava fora da escola. Um milhão desses jovens se encontrava ainda no ensino fundamental. Tais dados, em consonância com aqueles apontados pelos Censos anteriores, mostram que o letramento no Brasil ainda é assunto que ainda precisa de discussão ampla e carece de políticas públicas de atuação direta. Ainda que seja definição de grande complexidade, sabe-se que a norma culta é historicamente objeto privilegiado de registro. É associado, no imaginário dos falantes, a uma variedade superior, melhor e mais elevada. É em razão desse prestígio que a norma advinda das línguas europeias

foi a norma que se tornou a difundida nas gramáticas e nos dicionários, ou seja, a visão que temos de um língua “correta” e “bem utilizada” se baseia na utilização da língua em Portugal.

Faraco segue para a definição de norma-padrão. Essa noção surge a partir do século XV, com a necessidade política de construir unidade linguística para fortalecer os Estados Centrais. Se norma culta é a variedade efetivada pelos mais letrados, ou seja, um conjunto de usos normais, frequentes, corriqueiros disseminados entre os mais escolarizados, norma-padrão não é bem uma variedade, nas palavras do autor, mas uma construção social e histórica que serve de referência. Norma-padrão seria uma construção abstrata e fixa que serviria para padronizar a fala e a escrita da população de um dado Estado Central. Em geral, essa norma-padrão não se distanciava da norma culta, a variedade utilizada pela aristocracia da época. As gramáticas e dicionários, então, serviram como instrumentos padronizadores que fixariam um padrão regulador do comportamento dos falantes. Eles adquiriram forma coercitiva e impunham o jeito “correto” de falar. Por mais que tal processo se aplique à formação de Estados Centrais europeus, desenvolvimento semelhante pode ser observado na relação entre Estados colonizadores e suas colônias. Com isso, apesar de o Brasil não ser colônia há 200 anos, nossas normas ainda seguem padrões europeus, vide o Novo Acordo Ortográfico adotado em 2009 pelo país, que pretendia unificar a grafia do idioma nos países com o português como língua oficial e que se baseia em modelos e práticas vistas no PE.

Assim, Faraco (2008) mostra que a norma-padrão brasileira foi desenvolvida na segunda metade do século XIX e não tomou como base a norma culta brasileira de então. Pelo contrário, a elite letrada brasileira se empenhou em determinar como norma-padrão o modelo lusitano praticado por alguns escritores portugueses do Romantismo. Tal modelo, surpreendentemente, não foi uma imposição da metrópole, por mais que os intelectuais portugueses nos acusassem de escrever “errado”. A decisão foi tomada única e exclusivamente por brasileiros. Essa atitude conservadora mostra um caráter extremamente racista de desejo de viver em um país branco e europeu, que recusava a multiracialidade da nação. O projeto de padronização da língua no Brasil, diferentemente do que ocorreu nos Estados europeus, visava combater as variedades do português popular, fortemente associadas às camadas mais baixas da população, majoritariamente de origem africana.

Todos os dados apresentados até aqui mostram que, historicamente, houve um grande combate contra um português baseado nas práticas de fala da população brasileira. As elites intelectuais do país tentaram ao máximo impor no território nacional noções de língua baseadas em Portugal e também se esforçaram ao máximo para suprimir variantes e práticas de uso que não estivessem de acordo com o país lusitano. Se isso hoje ainda é marcante,

tendo em vista o Novo Acordo Ortográfico assinado em 2009, apenas há 14 anos, fica claro que dados analisando o PB do final do século XIX e início do século XX estariam ainda mais contaminados por tais práticas. Tais observações nos levam a crer que a utilização de *ter* existencial se iniciou muito antes do retratado pelos dados, mas era apagada pelas pressões das elites intelectuais e não se configurava como práticas dessas elites, que perpetuavam os usos do PE e se relacionavam majoritariamente com lusitanos.

4.2 Relação entre dados analisados e processo histórico

Por fim, relacionamos os dados de Marins (2013) com os fatos históricos observados anteriormente. Em primeiro lugar, Marins defende que a mudança entre PB e PE começa a acontecer a partir da metade do século XX. Para tal afirmativa, a autora estuda peças teatrais e as separa em sete períodos diferentes, os mesmo períodos usados por Duarte (1993). Nos quatro primeiros períodos, a autora observa que o verbo *haver* prepondera em contextos existenciais, enquanto o verbo *ter* pouco aparece. Além disso, Marins também observa que as taxas de uso de sujeitos nulos era alta nos mesmos períodos. A mudança ocorre entre os períodos IV e V, com o quinto período apresentando uma taxa de 48% para *ter* existencial e 46% para *haver*. A partir dessa época, que corresponde à metade do século XX, o verbo *ter* existencial passa a ser majoritário e o uso do verbo *haver* começa a declinar, enquanto o uso de sujeitos nulos também começa a cair. A partir dessas observações, a autora conclui que, até a metade do século XX, o PB e o PE se comportavam da mesma forma, com o verbo *haver* sendo o prototípico em contextos existenciais. A partir da metade do século, o PB passa a se distanciar do PE e começa a apresentar diferenças substanciais.

Levando em consideração os Censos brasileiros, mais especificamente o primeiro Censo, de 1872, o Censo de 1890, o de 1920 e o de 1940, podemos observar que as taxas de analfabetismo no território nacional eram consideráveis. Os níveis observados mostram que a população analfabeta brasileira prevalecia e que a população letrada, além de compor uma elite muito restrita, se encontrava, em sua maioria, na capital, Rio de Janeiro. Com o passar dos anos e os novos Censos que foram sendo feitos, a discrepância entre a capital e o resto do país foi se aprofundando, tornando a questão do analfabetismo, além de muito crítica, cada vez mais desigual, ou seja, se observarmos territórios mais distantes da capital, veremos níveis mais altos de analfabetismo. A partir da década de 20, inicia-se, no Brasil, uma política de combate ao analfabetismo, porém tais medidas, como observado em Faraco (2008), estão longe de resolver o problema. Logo, se ainda hoje o problema de letramento no país é severo,

certamente ele era ainda mais acentuado nas épocas referentes aos períodos estudados por Marins (2013).

Relacionando os dados de alfabetização brasileira com o passado histórico dos autores, podemos perceber que, para ser escritor no final do século XIX e no início do século XX, o indivíduo necessariamente precisaria fazer parte de uma elite econômica, social e intelectual. Com mais de 80% da população analfabeta no século XIX, apenas aqueles nascidos com acesso a meios econômicos teriam também acesso à educação. Dentre os autores estudados nos quatro primeiros períodos, o único que não nasceu em ambientes econômicos privilegiados foi Machado de Assis, mas se observou um esforço pessoal para ascender socialmente – o que demonstra o prestígio conferido a essa elite intelectual – e morreu já fazendo parte dessa mesma elite, que, no mais das vezes, rechaçava pessoas de origem africana.

Além disso, com 80% da população analfabeta, qualquer meio educacional e cultural era proveniente de Portugal. A produção didático-acadêmica em solo nacional era escassa – para não dizer inexistente – e o material educacional provinha da Europa. Muitos foram os autores dos primeiros períodos que fizeram parte de seus estudos em solo europeu. Com isso, podemos perceber que o contato dos autores com Portugal era grande e a influência do país na escrita dos mesmos também foi significativa. Não se pode excluir, claramente, as relações pessoais de cada um com o país lusitano, vide os autores que lá moraram ou que tinham parentesco direto com o local. Revisitando Faraco (2008), o fato do material artístico vir de solo europeu, além das relações pessoais dos autores com Portugal, gerou grande influência na produção artística brasileira.

Somando o histórico do teatro brasileiro ao passado individual de cada dramaturgo, vemos que negar a presença portuguesa na arte brasileira do final do século XIX e início do século XX é impossível. Até o início do século XX, a maioria das companhias teatrais no Brasil eram portuguesas, os atores e ensaístas também. As peças produzidas em solo nacional tinham como inspiração peças europeias e havia também o hábito, até o final do século XIX, de se imitar o sotaque português durante a encenação das peças. A produção de uma arte dramática só consegue se tornar verdadeiramente brasileira depois da Primeira Guerra Mundial, pois o período impediu que companhias de teatro portuguesas viessem para o Brasil. A partir de então, começamos a ver mudanças nas obras, nos atores, ensaístas e na forma de encenar as obras.

Unindo todos esses aspectos, podemos chegar à seguinte conclusão: as peças estudadas nos quatro primeiros períodos não revelam contextos de uso e de fala do PB, e sim

uma reprodução de práticas linguísticas do PE. Os autores estudados possuíam grande conexão com o país europeu, seja apenas por meios de trabalho, seja também através de vínculos pessoais e familiares. As peças produzidas no Brasil até a metade do século XX eram escritas considerando companhias, atores, ensaístas e sotaque lusitanos. Além disso, elas também eram inspiradas em peças portuguesas, que muito influenciaram a cultura brasileira da época. É muito importante considerar também que toda peça teatral é escrita para ser encenada, ou seja, as falas foram construídas para serem proclamadas. Os autores, então, levavam em consideração como cada um de seus personagens iria falar. Tal pensamento levaria em consideração aspectos lexicais, mas não aspectos sintáticos de seleção verbal por tal camada não ser considerada na produção linguística do falante. Esse fato mostra que, por conta da influência da formação portuguesa, os autores dos quatro primeiros períodos escreveram com base em uma gramática portuguesa, e não brasileira. Levando ainda em consideração a possibilidade de a mudança entre *ter* e *haver* ter se iniciado antes do demonstrado pelas peças, podemos perceber que é muito improvável que o PB do final do século XIX e início do século XX tivesse realmente o comportamento estudado através das peças em relação a esses verbos. É mais provável que a grande parte da população brasileira já utilizasse *ter* como verbo em contextos existenciais desde muito antes do apontado pelos dados oriundos das peças.

Em síntese, nesta seção relacionamos os dados estudados em Marins (2013) com aspectos da alfabetização brasileira, do passado histórico dos autores analisados e da influência de Portugal no teatro nacional. Além disso, observamos as ideias de Faraco (2008) para entendermos melhor o surgimento de uma norma-padrão no Brasil e como ela se baseou na sua constituição não no que efetivamente se falava pela elite brasileira, e sim em práticas lusitanas. A partir de tais relações, pretendeu-se mostrar como os dados de PB do final do século XIX e início do século XX não realmente representavam a realidade brasileira, mas a prática de uma Gramática portuguesa em solo nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu analisar algumas inconsistências metodológicas na tese de doutorado da Professora Doutora Juliana Esposito Marins, propondo, em certa medida, uma mudança de foco na análise empreendida por Marins (2013). A autora afirmava que os comportamentos do PB e do PE até a metade do século XX eram semelhantes em relação ao uso de *ter* e *haver* existencial, e um processo de diferenciação começou a ocorrer a partir da

metade do século. Através dos sete períodos estudados, a autora nos mostra que, até o quarto período, que se encerra em 1945, o uso de *haver* existencial no PB preponderava o uso de *ter* da mesma forma que ocorre no PE até hoje. A partir do quinto período, que se inicia em em 1953, passamos a enxergar o uso do verbo *ter* crescendo em contextos existenciais e o uso de *haver* decaindo nos mesmos contextos. Tal mudança apontaria para uma diferenciação dos sistemas do PB e do PE.

Passados 10 anos da publicação, percebemos questões metodológicas referentes (i) ao passado de cada autor estudado; (ii) aos dados de alfabetização brasileira nas épocas analisadas; (iii) à influência de Portugal no teatro brasileiro e (iv) à formação da norma-padrão do PB. Quanto ao histórico dos dramaturgos, podemos perceber que os artistas dos quatro primeiros períodos faziam parte de uma elite econômica, social, cultural e intelectual de suas respectivas épocas, elite esta que se relacionava majoritariamente com o país lusitano, e não com a grande parcela da população brasileira. Tais escritores estudaram, trabalharam e/ou viveram em solo português por parte de sua vida. Alguns inclusive eram filhos de ou foram criados por portugueses. Aqueles que não saíram do Brasil, viveram e trabalharam com portugueses em solo nacional.

Em relação às taxas de alfabetização, vemos mais uma vez que os autores estudados configuravam uma elite pelo fato de que, até o Censo de 1940, as taxas de analfabetismo do país serem maiores do que 50%. Isso, relacionado ao histórico de cada artista, nos mostra que as fontes de estudo de cada um vinham de solo europeu e que ser letrado no final do século XIX e início do século XX indicava necessariamente estudar material português.

Quanto ao teatro lusitano, percebeu-se que foi de grande influência no teatro brasileiro até a Primeira Guerra Mundial. Antes disso, as produções encenadas no Brasil eram constituídas por companhias, atores e ensaístas lusitanos. As peças produzidas em solo nacional tinham como inspiração produções europeias, mostrando, mais uma vez, a relação Portugal-Brasil e a influência de um sobre o outro. Por fim, analisando a formação da norma-padrão, vemos que a elite intelectual brasileira tentou de todas as formas apagar as variantes originadas em solo nacional e impôs como norma a variante utilizada pelas elites portuguesas. Tal aspecto influencia o país até os dias de hoje, em que perpetuamos o ensino de língua baseado nas práticas lusitanas.

Desse modo, a partir da relação entre os fatos abordados, conclui-se que, ao contrário do defendido por Marins (2013), não vemos, a partir do Período IV, uma mudança e um processo de diferenciação entre o PB e o PE. Na realidade, até o quarto período, o que temos são dados de escritores brasileiros produzindo a partir de uma gramática portuguesa. Aqui

consiste a mudança de foco na interpretação dos dados analisados por Marins (2013): não observamos uma gramática do PB se distanciando da do PE, mas uma gramática do PE em solo brasileiro que, aos poucos, dá lugar a uma gramática brasileira. Apenas na metade do século XX, com a expansão de políticas de alfabetização, a ausência de companhias portuguesas em solo nacional e o crescimento do número de peças escritas e encenadas por brasileiros, podemos perceber a ocorrência de um PB verídico. Tais mudanças, quando relacionadas à pesquisa de Marins, nos indicam que a mudança do Parâmetro do Sujeito Nulo e a substituição do verbo *haver* em contextos existenciais pelo verbo *ter* começaram antes do demonstrado pelos dados analisados. Portanto, mostra-se necessária a reflexão sobre quando realmente passamos a encontrar dados de um PB, e não uma reprodução elitista de um PE em solo nacional.

6. REFERÊNCIAS

AVELAR, J. Gramática, competição e padrões de variação: casos com *ter/haver* e *de/e* no português brasileiro. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2006a, p. 99-143.

_____. De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de *HAVER* no português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: PUC-RS, v. 143, 2006b, p. 49-74.

_____. & CALLOU, D. Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais na história do português. In: CASTILHO, A. et. al. (Org.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007. p. 375-402.

AZEVEDO, Artur. *Teatro de Artur Azevedo*, col. Clássicos do Teatro Brasileiro, vol. 7, Tomos I (1983), II (1985), III, IV (1987), V e VI (1995), estabelecimento de texto de Antônio Martins de Araújo, Rio de Janeiro: Edições FUNARTE.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. Um escritor no Segundo Reinado: a trajetória de Joaquim Manuel de Macedo. *Revista Augustus*, n° 30. Rio de Janeiro, 2010.

CALLOU, D. & AVELAR, J. O. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Gragoatá* 9, 2000. p. 85-100

_____. & AVELAR, J. O. Estruturas com *ter* e *haver* em anúncios do século XIX. In: ALKMIM, T. (org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. III. São Paulo, Humanitas/USP, 2002. p. 47-67

CHAPPER, Luiza Rodrigues. *Arte dramática no Brasil: momentos do teatro brasileiro*. *Revista Garrafa*, 2019, v. 17, n. 48, p. 207-228.

De Estatística Brazil, D. G. Recenseamento da população do Imperio do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I. & KATO M. (Org.) Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora. da UNICAMP, 1993. p. 107-128.

FARACO, C. Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. Parábola Editorial, 2008.

FERRARO, A. R., & Kreidlow, D. (2004). Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação & Realidade*, 29(2).

FERREIRA, M. Argumentos nulos em português brasileiro. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/Unicamp, 2000.

FRANCHI, NEGRÃO, E. & VIOTTI, E. Sobre a gramática das sentenças impessoais com TER/HAVER. In: Delta 14, 1998. p.105-144.

FREITAS, Eduardo Luiz Viveiros de. Folhetins e máscaras: a obra de França Júnior. 2002. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

GIANELLA, Maria de Lourdes Rabetti. Teatro e comicitàs 2: modos de produção do teatro ligeiro carioca. 7Letras, 2007.

GIL, Natália. Analfabetismo da população brasileira nas análises de Giorgio Mortara sobre o censo de 1940. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. II. *História Geral da Civilização Brasileira, t. II: O Brasil Monárquico, 5º. vol. Do Império à República*. Rio de Janeiro, São Paulo:DIFEL, 1977.

IBGE. Censo Demográfico 1940. Rio de Janeiro:IBGE.

IBGE. Censo Demográfico 1960. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. Censo Demográfico 2000. (CD-ROM). Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Memória Estatística do Imperio do Brazil. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, t. 58, pt. 1, n. 91, p. 91-99, 1895.

MAGALDI, Sábado. Panorama do teatro brasileiro. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

MAGALHÃES, T. O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do português europeu e do português brasileiro. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2006.

MARINS, Juliana Esposito. As repercussões na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo: um estudo diacrônico das sentenças existenciais com ter e haver no PB e no PE. Rio de Janeiro: UFRJ - FL, 2013.

MARTINELLI, Marcos. Antonio Callado, um sermonário à brasileira. Vol. 348. Annablume, 2006.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Machado de Assis:(estudo crítico e biográfico). Brasileira, 1936.

RIBEIRO, I. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser. In ROBERTS, I. & KATO, M. Português brasileiro – Uma viagem diacrônica. 2a ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

RICARDO, Maria Manuel Calvet. Breve história do acordo ortográfico. Revista lusófona de educação, n. 13, p. 173-180, 2009.

ROBERTS, I. O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.) Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 409-421.

SANTOS, Gabriely. Millôr Fernandes: o guru do Méier como cartunista e chargista. 2012. 41 f. Monografia (Bacharel em Jornalismo). Curso de Jornalismo. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2012.

SICILIANO, Tatiana Oliveira. O Theatro Municipal de Arthur Azevedo: as várias narrativas sobre o teatro na mídia impressa. Revista Novos Olhares, USP.

SILVA, Lafayette. Historia do teatro brasileiro: Obra premiada pela Comissão do teatro nacional. Serviço gráfico do Ministerio da educação e saude, 1938.

SOUZA E SILVA, J. N. de. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Imperio e de cada provincia de per si tentados desde os tempos coloniaes até hoje. Relatório do Ministério dos Negócios do Império, Anexo D, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870. 167 f. Reimpresso em edição fac-similada, São Paulo, IPE/USP, 1986.

VEIGA, Luiz Francisco da. Luiz Carlos Martins Penna: o criador da Comédia Nacional. *Revista do Instituto Histórico Geográfico*, IHGB, Rio de Janeiro, vol. 40, 1877, p 375-95.

VIOTTI, E. Uma história para ter e haver. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos Unicamp 34. Campinas: Unicamp, 1998. p. 41-50.

_____. 1999. A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1999.